



ATA N.º 06/2018

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador.-----

Além dos membros da mesa, compareceram a esta sessão os Senhores José Alexandre Serra Sales, António de Sousa Pimenta, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Milton Hugo Mafra Estrelinha, Daniel Vieira Meco, João Pedro Azevedo Pessa, António Lopes Ferreira dos Santos, Anabela Delgado Zarro Balau, Nelson José Nunes de Almeida - eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Abílio José Januário Marques, Edmundo José Couto Barbosa, Sónia Margarida Carreira da Conceição, António Pereira Nunes - eleitos pelo Partido Social Democrata; João Paulo Quinzico Delgado e Vasco Frederico Pires de Sousa - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Rui Manuel Amaro Marques, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, de Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente. -----

Solicitaram a suspensão de mandato os membros do Partido Socialista, Senhoras Luísa Maria Ricardo Alves – oito dias, Maria da Ascensão Quinzico Codinha – dezasseis dias, Carlos Filipe Mafra de Sousa – dez dias.-----

Solicitaram a sua substituição os Senhores Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda e Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes, do Partido Socialista. -----

Estiveram igualmente presentes o Senhor Presidente da Câmara Manuel Walter Manuel Cavaleiro Chicharro e os Senhores Vereadores, Manuel António Águeda Sequeira, Alberto Madail da Silva Belo, Regina Margarida Amada Piedade Matos, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues, António Gordinho Trindade e Salvador Portugal Formiga. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 18 DE SETEMBRO DE 2018 - Apreciação e votação

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na sessão. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

O Senhor Presidente informou a Assembleia sobre o expediente recebido.-----

O Senhor João Delgado na sequência da apresentação do expediente recebido e mais propriamente à informação enviada contendo a listagem dos compromissos plurianuais assumidos, entendendo que a Mesa a deveria ter incluído na Ordem do Dia, apresentou o seguinte requerimento:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vem requerer à Mesa o seguinte:-----

Tendo chegado ao nosso conhecimento, pela informação contida na folha indicativa dos compromissos plurianuais assumidos, que existe desde a sua aprovação em reunião de Câmara Municipal de 14 de Agosto de 2018 um compromisso plurianual assumido por contrato com uma nova empresa SROC, sem que esta AM tenha legalmente nomeado tal sociedade de auditores ou tenha conhecimento de qualquer concurso ou outro procedimento conducente à sua contratação: questionamos a Mesa sobre que entendimento faz do Artigo 77º., nº. 1, da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, nas suas completas e actuais versões?-----

Solicitamos que tal resposta nos seja enviada por escrito e que nos sejam apresentados junto todos os documentos do procedimento e fundamentos para tal contratação.”-----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

MANUAIS ESCOLARES GRATUITOS NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO - MOÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA



A Senhora Telma Ferreira apresentou a Moção que se transcreve:-----

“Considerando que:-----

- i. O Ministério da Educação atribuiu manuais gratuitos a todas as crianças do 1º e 2º ciclos do ensino básico, sendo que alguns municípios, como é o caso de Lisboa, expandiram esta medida para que todos os alunos tivessem manuais escolares gratuitos do 1º ao 12º ano;-----*
- ii. Os manuais escolares gratuitos garantem uma escola mais inclusiva, esbatendo as desigualdades e garantindo um ano letivo mais calmo, porque todas as crianças têm os materiais essenciais para estudar;-----*
- iii. A atribuição de manuais gratuitos é acompanhada da reutilização dos mesmos nos anos seguintes, o que representa uma medida significativa na redução de impactos ambientais. É verdade que ainda falta fazer um grande caminho para que as crianças e as famílias possam estimar os livros e as escolas os possam recolher e armazenar em condições, mas esse caminho não pode ser feito sem o primeiro passo, a oferta dos manuais;-----*
- iv. No concelho da Nazaré, só existem manuais escolares gratuitos até ao 6º ano e a partir do 7º ano apenas os alunos mais carenciados têm apoio para a aquisição de manuais, através da Ação Social Escolar (ASE). Este sistema tem dois problemas: em muitas escolas as famílias mais carenciadas têm de comprar os livros, sendo depois reembolsadas pelo seu valor; e as crianças das famílias mais pobres, mas não o suficiente para requerer ação social escolar, mantêm uma enorme dificuldade em custear os livros.-----*
- v. No concelho da Nazaré, segundo os dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), no ano letivo 2016/ 2017, frequentavam o 3º ciclo do ensino público 283 alunos. O ensino secundário, que abriu recentemente, tem neste momento 2 turmas no 10º ano e 2 no 11º ano, significando que se no próximo ano entrarem mais duas, o número potencial de alunos, considerando 25 elementos por turma, é de 150 alunos;-----*
- vi. Segundo dados apurados pelo Bloco, os custos médios anuais dos manuais escolares, por*

aluno, entre o 7º e o 12º ano, variam entre 196€ e 251€, representando um total de 97.732€, considerando todos os alunos matriculados no 3º ciclo do ano letivo 2016/2017 e os 150 potenciais alunos de secundário no ano letivo 2019/2020;-----

vii. Contabilizando apenas os alunos do 3º ciclo, entre o 7º e o 9º ano, o custo da totalidade dos manuais é de 62.232€;-----

viii. Se contabilizarmos os apoios atribuídos aos alunos através da Ação Social Escolar e a reutilização de muitos manuais, os custos de manutenção desta medida tendem a ser substancialmente inferiores;-----

ix. A Câmara Municipal da Nazaré tem capacidade financeira para garantir manuais escolares gratuitos aos alunos, sendo a educação um fator essencial para o desenvolvimento do concelho e para a fixação da população, em especial os mais jovens;-----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida a 28 de Setembro de 2018, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal da Nazaré:-----

1. A atribuição de manuais escolares gratuitos a todos os alunos matriculados no 3º ciclo do ano letivo 2018/2019 e anos seguintes, com devolução do valor pago pelos manuais após apresentação de comprovativo de compra;-----

2. Aplicação da medida anterior ao ensino secundário a partir do ano letivo 2019/2020; 3. Utilização da plataforma MEGA, já utilizada pela Câmara Municipal de Lisboa, para gestão da atribuição de manuais escolares gratuitos.”-----

O Senhor José Sales entende que a Moção deveria ser enviada ao Governo.-----

A Senhora Telma disse ser importante que as autarquias com o seu orçamento consigam ultrapassar as faltas.-----

Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

O Senhor Joaquim Pequicho efetuou uma intervenção relativa à economia do mar, devendo ser



discutido na Assembleia esta temática com a participação de todos os agentes existentes na Nazaré.-----

Falou também sobre a lei da descentralização de competências para as autarquias, devendo chamar-se a sociedade civil para o debate deste assunto, sendo importantes as questões da saúde e da economia social, recomendando ao executivo que igualmente promova a discussão desta temática.-----

Seguidamente o Senhor João Delgado apresentou a declaração política, que se transcreve:-----

“Por mais que o executivo do PS tente disfarçar o que a realidade concreta demonstra, e que a frieza dos números não desmente, será impossível apagar a gestão profundamente imprudente dos executivos municipais do PSD e PS, que nos foram conduzindo ao ponto em que nos encontramos financeira, social e economicamente. Insistir no "espetáculo permanente" não resolve a vida das camadas mais desapossadas da sociedade, mas engorda, isso sim, os que já muito têm, mas que nunca, o tudo, lhes será suficiente. As opções políticas espelhadas pelos resultados financeiros apresentados nos documentos que nos chegam, configuram, uma enormíssima falta de respeito pela população, que está confrontada desde 2012 com impostos e taxas no máximo, sem que se vislumbre qualquer intenção política de alterar essa enorme carga, que paira sobre as costas de quem em nada contribuiu para o desgoverno autárquico que conhecemos.-----

Na mesma situação estão colocados os credores da autarquia que esperam e desesperam pelo pagamento dos seus serviços. Também nesta matéria, poucos são os esforços no sentido da sua resolução. Basta referir o pedido feito por este executivo quando assinou o célebre (PAEL), e que a CDU sempre afirmou que nunca seria concedido nos termos em que foi pedido. Tal como o pedido ao (FAM), e que desde 2015 até hoje, continua a ser reformulado, sendo o único pedido nesta situação no país, e sem que se saiba porque é que está tão atrasado! Sobre isto, esta AM de nada é informada!-----

O governo municipal, continua a apostar quase tudo na monocultura do Turismo e na propaganda a ele associada, investindo somas avultadas para o efeito. No entanto, continua a ocupar o primeiro lugar das câmaras que mais tempo levam a pagar a fornecedores. Com uma gestão mais racional, com contenção nas despesas e nos investimentos de mera cosmética, provavelmente no curto prazo estavam em condições de reduzir a carga de impostos aplicados aos nossos munícipes.-----

Ao analisarmos o Relatório da SROC constatamos que tudo o que dissemos anteriormente, está perfeitamente actual, - este executivo do PS é igual ou pior que os do PSD. Assim afirmamos, baseados na história recente dos governos do PSD e que se está a repetir com o PS. Repetindo o conteúdo e piorando na forma.-----

Vêem algumas diferenças de actuação entre um e outro executivo? Nós não! Acontece que quem agora lidera a autarquia, em tempos contestou o "modus operandi" do então presidente. Então e agora?-----

Já ninguém se revolta com projetos megalómanos de difícil compreensão? E as privatizações de espaços e de serviços públicos, já não são problema para o executivo e para o PS local? Em que estado fica a vossa coluna vertebral com tanta volta?-----

Por outro lado, é absolutamente escusado fazer-nos acreditar que o crescimento económico local, se deve à ação e sapiência deste executivo municipal. O ciclo económico em alta é uma realidade à escala internacional. O problema é que os ciclos oscilam- a economia não é estática! E quem não diversificar e se basear apenas em monoculturas, ficará sem respostas para dar a breve prazo. Importa dizer que, crescimento está muito longe de significar evolução. Evolução e coesão social é um sistema integrado de múltiplos fatores que se conjugam e complementam. E nisso, meus senhores, estão muito longe dos objetivos mínimos!-----

E se existe um crescimento económico assim tão acentuado no concelho a que se deve o



abaixamento do valor da derrama cobrada relativamente ao período homólogo anterior? Será então que as empresas estão melhor ou estão pior?-----

As políticas públicas para o desenvolvimento da economia à escala local, sempre com o foco no Turismo, acima de qualquer outra coisa, e como a CDU sempre aqui o afirmou, tem significado, no fundamental alguns eixos de análise profundamente preocupantes: especulação imobiliária e expulsão dos residentes e famílias jovens do concelho; exploração acentuada de centenas de trabalhadores; jovens estagiários a suportar a atividade regular das empresas; horários de trabalho absolutamente desregulados e, por consequência, a acumulação de capital por parte dos mesmos de sempre!-----

Enquanto a CMN não abandonar a sua opção de classe, ou seja, a promoção e proteção dos que mais têm, em detrimento das massas trabalhadoras, enquanto a CMN não deixar de atuar como uma verdadeira associação patronal e um mega promotor de eventos, as desigualdades sociais cavarão um fosso cada vez maior e mais profundo!-----

Como é óbvio, e porque a nossa opção de classe é outra, a CDU nunca apoiará políticas desta natureza nem nunca abdicará de denunciar as suas verdadeiras consequências!”-----

SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E PELA IMPORTÂNCIA QUE TEM NA VIDA PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS - MOÇÃO CDU

Seguidamente o Senhor João Delgado apresentou a seguinte Moção:-----

“Sobre Transferência de competências e pela importância que tem na vida das autarquias locais
1. A Lei das Finanças Locais (Lei n2 73/2013) alterada pela Lei n2 51/2018 e a Lei da transferência de competências para as autarquias, Lei n2 50/2018, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.-----

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no acto de promulgação, o Presidente da República referenciou:-----

- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;-----

- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;-----

- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais; - a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas; -----

- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.-----

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adoptadas na Lei.-----

Acréscimo que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.-----

2. A lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada área resultará de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros — ou seja, um verdadeiro "cheque em branco" ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República.-----

Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos:-----

** Até 15 de Setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019.-----*



** Até 30 de Junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020.-----*

A partir de 1 de Janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências.-----

3. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assumpção a partir de 1 de Janeiro de 2019, das novas competências que por diploma sectorial aprovados pelo Governo venham a entrar em vigor.-----

A decisão desta Assembleia no sentido de não levar em linha de conta o que consagra a Lei 50/2018 (a única em vigor), clara e imperativamente, sobre o processo de transferência de competências e as condições para o seu exercício, expôs a autarquia a decisões que podem lesar os interesses do município e das populações.-----

Na verdade as interpretações que o ministério da Administração Interna foi produzindo, sem fundamento jurídico, por vezes contraditórias entre si e, em si mesmas, concebidas como factor de pressão e chantagem sobre os órgãos autárquicos, mais não visaram do que levar as autarquias à inacção e colocando-as em situação próxima da aceitação tácita de novas responsabilidades e maiores encargos.-----

Atendendo aos considerandos referidos, a CDU, através da presente moção, tenta sensibilizar os membros desta Assembleia para deliberarem a inclusão deste ponto numa das assembleias antes de 30 de junho de 2019, para que a mesma possa pronunciar sobre este assunto, já que perdeu a oportunidade de tomar posição até 15 de setembro último e para que assim se inicie de um processo sério de descentralização inseparável de ser precedido de amplo debate e reflexão.”-----

O Senhor José Sales disse ser um pouco extemporâneo estar-se a tomar uma posição sobre o tema, referindo-se ao conteúdo da carta recebida na Assembleia, vinda do Ministério da Administração Interna.-----

A Senhora Telma entende que irá ser um processo muito difícil de resolver e que a autarquia da Nazaré deverá tomar uma posição contra o processo.-----

O Senhor Joaquim Pequicho informou que o Partido Social Democrata se iria abster na votação, para não obstaculizar a sua aprovação.-----

O Senhor João Delgado informou que a única pretensão é a de que a Assembleia possa tomar uma posição quanto à pretensão gravosa do Governo.-----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra, para informar que a Câmara já iniciou a preparação da discussão deste assunto, estando a planear trazer à Assembleia a proposta da recusa, por se necessitar de mais informação, tendo entretanto sido recebido a presente comunicação. O Executivo tem a intenção de discutir o assunto e posterior remessa à Assembleia.

Colocada à votação, foi aprovada com três votos favoráveis da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e abstenção das restantes bancadas.-----

Os eleitos do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“Os eleitos do Partido Socialista da Nazaré, por princípio defende o modelo de delegação de poderes centrais nas autarquias locais por considerar que estas detêm um conhecimento mais aprofundado do território e em muitas áreas serão capazes de fazer mais e melhor em prol das populações, sem que para tal seja necessário despender mais esforços financeiros.-----

No caso concreto do concelho da Nazaré, consideramos que existem alguns processos de delegação de competências que fazem todo o sentido de serem efetivados, uma vez que já é este município a assumir, em termos operacionais e financeiros, alguma dessa gestão.-----

Assim, e porque acreditamos que o diálogo entre poder central e local será a base de entendimento entre as partes e que com posições extremadas e irredutíveis não será possível implementar tais medidas, não poderemos subscrever um documento que não evidencia abertura para a efetivação deste processo, de forma negociada.-----

Defendemos uma efetiva delegação de poderes, desde que esta delegação não transporte apenas



responsabilidades.-----

É legítimo ser contra o modelo de descentralização de poderes do Estado, mas não é legítimo impor este modelo a quem defende precisamente o contrário, como é o caso do Partido Socialista.”-----

VOTO DE LOUVOR À QUALIDADE DAS REFEIÇÕES CONFECIONADAS E SERVIDAS NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA AMADEU GAUDÊNCIO - PROPOSTA CDU –

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte proposta:-----

“A escola pública, gratuita, de qualidade para todos é uma causa inalienável do PCP e da CDU. A qualidade das escolas e do sistema de ensino afere-se congregando muitas variáveis. Uma dessas variáveis prende-se com a qualidade das refeições servidas nas nossas escolas, confeccionadas por profissionais qualificados e que pertencem aos quadros, das próprias escolas. Extinguir serviços desta natureza, concessionando ou externalizando os serviços de confeção de refeições escolares não tem sido uma boa política, dado que, na maioria dos casos, não se obtêm maiores índices de qualidade das refeições e ao nível dos custos o estado normalmente sai lesado com esta opção. No entanto, há um exemplo de grande competência ao nível destes serviços na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, que tem garantido, há décadas, refeições da melhor qualidade cujo reconhecimento é propalado por todos os que têm a possibilidade de usufruir destes serviços, tanto alunos como professores. Tendo em conta o supracitado, e para que os serviços continuem com a qualidade que têm apresentado até aqui, e para que se mantenham na esfera pública, contando com profissionais que fazem serviço público de excelência, a CDU, vem desta forma propor um voto de louvor a todos os profissionais dos serviços de cozinha e confeção de refeições escolares da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio. Com isto, contamos inaugurar um novo paradigma que visa valorizar e reconhecer não individualmente, mas coletivamente, pessoas anónimas que no seu conjunto, com o seu esforço, a sua entrega e dedicação, dando todos os dias o melhor de si para o bem estar e

desenvolvimento da sociedade, contribuindo decisivamente para que as injustiças se esbatam e onde a harmonia, a coesão social e a igualdade de oportunidades sejam a suas imagens de marca.-----

Assim, se aprovada esta proposta pela AMN, a mesma deverá ser alvo dos procedimentos habituais de reconhecimento das pessoas visadas e da mesma deve ser dado conhecimento à DGEST e à tutela.”-----

O Senhor José Sales questionou se o voto de louvor não se poderia estender aos outros funcionários do Centro Escolar de Valado dos Frades e Centro Escolar da Nazaré, pois são funcionários do Município.-----

O Senhor Vasco Sousa referiu o entendimento que este voto não se deve exteriorizar para outros serviços, pretendendo-se circunscrever esta proposta ao pessoal indicado, não querendo com isso dizer que não possa ocorrer noutra ocasião.-----

Aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para informar que se aguarda mais informação do Governo para se poder tratar o assunto da descentralização, pretendendo discuti-lo antes de 30 de junho.-----

Sobre o FAM pretende apresentar o assunto à Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal. Quanto ao valor da dívida, alertou que em tempo foi descoberta uma dívida de mais de 2,5 milhões de euros; sobre a monocultura, referiu que ainda hoje tinha sido contactado por uma empresa que se pretende instalar na Área de Localização Empresarial de Valado dos Frades, com cerca de 100 trabalhadores.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se -se os Senhores:-----

- António Gomes Sá Pereira, para questionar sobre o processo da Revisão do Plano Diretor Municipal.-----



- Nelson Quico, em representação da Associação de Defesa da Nazaré, tendo abordado o projeto 'ZiplineNazaré' que se pretende instalar no Promontório, tendo lido documento onde apresenta a sua total oposição ao projeto, que irá destruir a paisagem e o património natural, em nome de uma suposta modernidade, onde se pretende transformar a Nazaré num parque de diversões. Há muitas interrogações e questionou se foi consultada a Agência Portuguesa do Ambiente, quanto ao parecer e autorização para implementar este projeto.-----

-

Sara Vidal, questionou sobre vedação particular instalada em terreno junto ao miradouro da Pederneira, pretendendo reverter a situação existente.-----

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta à questão colocada pelo Senhor António Pereira, informou que o processo da Revisão do Plano Diretor Municipal está em curso, esperando que o mesmo esteja fechado dentro de um ano e meio.-----

Relativamente à questão colocada pela Senhora Sara Vidal, informou que a Câmara já contactou quem praticou a ilegalidade, devendo ser cumpridos os trâmites legais, não prescindindo a Câmara da retirada da cerca instalada. -----

Sobre a questão levantada pelo Senhor Nelson Quico, informou que o processo em causa, se trata apenas do concurso público e caderno de encargos para a concessão do Zipline, não existindo ainda lugar definido para a sua instalação. A Câmara defende o património e tem lutado contra a hipoteca que herdou, havendo já empresas interessadas no procedimento.-----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO –

Apreciação

O Senhor João Delgado solicitou a palavra, fazendo a seguinte intervenção:-----

“Informação Financeira:-----

- Um preocupante aumento da despesa em mais de 900 mil euros, tendo em conta a situação financeira do município;-----

- Uma diminuição residual da dívida (0,05%) que demonstra a incapacidade do executivo em cumprir o que prometeu há 5 anos (resolver a dívida, não despedindo, não vendendo património e não recorrendo a fundos de apoio como o PAEL) - fez tudo ao contrário;-----

- Conta com um prazo médio de pagamento a fornecedores de 867 dias – continuando teimosamente a ocupar o 1º lugar das câmaras que mais tempo demoram a pagar a fornecedores;

Comentários à actividade promovida pela estrutura municipal do Concelho da Nazaré-----

Ambiente:-----

Valorizar os passos e iniciativas da CMN relativamente à questões da preservação ambiental constantes nesta informação, no entanto a atividade do município é, em si mesma, uma contradição contínua nos diversos domínios aqui constantes: dá os passos referidos, adota medidas e projetos inovadores como a Certificação ISO – de sistemas de gestão ambiental ao mesmo tempo que promove uma intensa poluição visual, sonora, atmosférica como a não resolução de problemas de trânsito na zona norte da sede de concelho, em que, na maior parte dos dias se torna caótico circular na marginal norte por causa dos veículos longos de passageiros que se amontoam na Manuel Arriaga; -----

Instala um estádio de futebol de praia permanentemente durante todo o verão sendo por si próprio um atentado à harmonia ambiental; o mesmo executivo que se vangloriava por conseguir retirar o BUBAS, hoje comete, e deixa cometer, intervenções com um impacto ambiental incomparavelmente superior.-----

Ainda em matéria de ambiente e o impacto dos transportes colectivos:-----

Sr. presidente, como deve saber o transporte ferroviário é dos transportes mais eficientes em termos energéticos e por isso com menores impactos ambientais; sabe que há um compromisso



estabelecido entre os municípios atravessados pela Linha do Oeste que visa a valorização da linha tentando que os transportes urbanos possam fazer escala nas estações;-----

Perguntamos: o que está a ser feito nesta matéria?-----

Circulou uma petição para que os autarcas subscrevessem esta necessidade de valorização da Linha do Oeste – subscreveu essa petição?-----

A junta de freguesia de S. M. do Porto e a CM de Alcobaça disponibilizaram autocarro para a manifestação em defesa da Linha do Oeste no dia 26 de julho. Porque é que a CM da Nazaré o não fez, já que foi solicitada?-----

Cultura e Património:-----

Fica demasiado evidente, apesar dos poucos progressos, que as questões relativas à cultura não ocupam grande lugar nas preocupações da CMN. Nem o que é da sua responsabilidade valorizam.-----

Não devia vir referido a exposição dos 100 anos da 1º guerra mundial? Não devia vir aqui referida uma das melhores exposições jamais patentes na galeria municipal – a do CRIS – D.K.?

Gestão autárquica:-----

Mais uma vez verificamos que a proposta do PCP na Assembleia da Republica contribuiu, ao nível local para que os trabalhadores encontrem estabilidade nas suas vidas. Falamos do PREVPAP. Aqui reflete-se na vida de 15 trabalhadores.-----

S. Gião Abertura do Concurso: é impressionante como o interesse turístico vem sempre na linha da frente das vossas prioridades, mesmo quando se trata da recuperação do nosso património, onde o principal interesse deve ser a preservação da nossa história e memória, depois aquilo que pode gerar ao nível de conhecimento novo através da investigação científica e finalmente, só depois de tudo isto poderá vir o interesse turístico! Prioridades trocadas!?!-----

Por último: “Concessão da utilização privativa de domínio público municipal para a implantação

do projecto “Zipline Nazaré”, que ligará a Nazaré e o Sítio. É caso para dizer: quando pensamos que já vimos tudo, eis que conseguem surpreender-nos, ainda, mais, pelos piores motivos! Estes sintomas denotam um ponto sem retorno em termos de lucidez e objectividade. Quem se espumava de raiva com o elevador para a Pederneira vem agora propor uma Tirolesa para o Sítio, é caso para acreditar que o caminho é sempre em frente até ao desastre final! Não há muito mais a dizer sobre isto! É uma proposta no mínimo aberrante!”-----

Seguidamente tomou a palavra o Senhor Joaquim Pequicho, tendo falado sobre a lei da transferência de competências para os Municípios e o articulado ali exposto, entendendo que se deveria fazer um debate profundo sobre o tema, à esfera local com a sociedade civil.-----

Relativamente à informação escrita, deve-se entender as tendências, constatando a existência de aumento substancial das despesas com pessoal lembrando os limites que a DGAL nos autoriza.---

O Senhor José Sales falou sobre as questões da saúde no concelho e questionou sobre os serviços de saúde oral no Centro de Saúde e instalação dos serviços do Tribunal, na Pederneira.-----

Efetuiu algumas considerações sobre as intervenções efetuadas, lembrando os investimentos efetuados na ALE, marginal, Escola Amadeu Gaudêncio, certificação ISO.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que está a acompanhar toda a luta que a Oestecim está a ter com a questão da Linha do Oeste e projeto de eletrificação.-----

Desconhece o pedido de cedência de autocarro e informou que efetivamente existe um aumento com as despesas com pessoal, resultante da entrada nos quadros de pessoal, dos elementos que se encontravam em situação de contratos, lutando-se contra a precariedade laboral; falou sobre a atual redução do valor da dívida; existe um projeto com o Ministério da Justiça para elaboração de protocolo para a instalação do tribunal na Pederneira e pretende-se o alargamento das consultas orais a toda a população e a vinda a próxima reunião de Câmara do procedimento do restauro da Igreja de S. Gião com o Relatório Final de escolha do empreiteiro.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



2. 2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ – ANO DE 2018 – (apreciação e votação)

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com uma abstenção do Bloco de Esquerda.-----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a FAVOR, neste, ponto 2 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Tendo em conta todo o longo historial da obra e de tudo o que antes se passou e que leva à revisão do PPI aqui em apreciação; -----

Acreditando que não se voltará a repetir a história que levou ao chumbo de idêntico procedimento anterior pelo Tribunal de Contas; -----

Acreditando ainda que, desta vez, todos os passos desenvolvidos pelos serviços municipais na execução deste procedimento administrativo estão escrupulosos e que não haverão mais atrasos;-

Registamos, por fim, que as crianças da Freguesia de Famalicão poderiam estar já há muito tempo a usufruir das melhores condições físicas oferecidas por um novo edifício escolar, não fossem as opções políticas dos executivos municipais terem sido outras, deixando para trás, ano após ano, tão importante objectivo. -----

A CDU, como sempre aqui defendeu, só tem que votar a favor desta alteração ao PPI e à construção do Centro Escolar de Famalicão, pelo que aqui fica desde já, e desta forma, o nosso apoio à sua concretização.” -----

3. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017 – (apreciação e votação)

O Senhor Joaquim Pequicho no uso da palavra, disse haver várias alterações e aspetos nos últimos anos, que levaram a uma redução da dívida da autarquia, havendo um compromisso com as populações e com a DGAL para a sua redução.-----

O Senhor Presidente da Câmara alertou para alguns pormenores anteriormente apresentados e lembrou a redução da dívida que se tem efetuado, através da gestão do Partido Socialista, ao invés da gestão anterior do Partido Social Democrata, pretendendo-se a consolidação financeira do Município, pagar dívida e fazer investimento.-----

O Senhor Joaquim contestou a intervenção do Presidente da Câmara por continuar a falar da anterior gestão do Partido Social Democrata, situação já muito debatida em anteriores sessões da Assembleia.-----

O Senhor José Sales referiu que nos devemos lembrar dos anteriores eleitos, quer eles sejam deste ou por aquele Partido.-----

O Senhor João Delgado contestou igualmente as intervenções efetuadas que em nada vêm adiantar à questão, estando a gastar-se tempo, quando anteriormente na presente sessão não lhe foi dado mais tempo para intervir e argumentou: -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que poderá haver mais tempo para intervenção das forças partidárias, se assim for necessário.-----

O Senhor João Delgado solicitou a palavra e efetuou a seguinte intervenção:-----

“Considerando tudo o que nos foi referido sobre o que se terá passado com a empresa de SROC que provocou o atraso na sua apresentação do Relatório sobre a Consolidação das Contas do Grupo Municipal da Nazaré a esta AM, apenas queremos referir que, mais uma vez também, não vislumbramos nos documentos recebidos qualquer alteração para melhor, da situação autárquica conhecida de todos nós há imensos anos.-----

Este Relatório demonstra uma vez mais a falta de empenho do executivo em resolver os verdadeiros problemas do concelho.-----

Além da situação financeira que tem que ser fortemente exposta e criticada, pois não se vislumbra nesta área qualquer desenvolvimento positivo neste Relatório, também temos que criticar com



veemência a parte sobre a execução administrativa que não consegue, ou não quer, concluir as imensas situações ali expostas e amplamente referidas desde sempre.-----

Não nos vamos perder em análises mais aprofundadas aos números, pois temos consciência que outros o farão melhor do que nós. Nomeadamente as instituições fiscalizadoras, que um dia darão a conhecer publicamente os seus resultados às auditorias aqui efectuadas e que esta Assembleia Municipal e os seus membros esperam pacientemente conhecer pelas vias oficiais e legais, entenda-se Mesa da AMN, e tal não acontece.”-----

Também a Senhora Fátima Duarte contestou a intervenção dos membros do Partido Socialista onde se repetem nas afirmações e contestando as afirmações produzidas e referiu que a dívida da autarquia aumentou nos anos de 2016 e 2017.-----

O Senhor José Sales voltou a referir que o Partido Social Democrata desgovernou o Município com a política desenvolvida nos últimos vinte anos.-----

O Senhor Vasco Sousa frisou que não foi autorizado a intervir para apresentar uma proposta contida numa folha A4, estando a gastar-se tempo desnecessariamente.-----

A Senhora Telma Ferreira referiu que todos têm direito a falar, não se pretendendo cortar a palavra a ninguém.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista e nove votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

O Senhor José Sales apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Este Relatório de Contas Consolidadas, referente ao ano de 2017, evidencia duas ações que transmitem grande relevância que achamos, por bem, passar a expor: Este Relatório evidencia a identificação de quase 1,5 milhões de acréscimos de dívida, que derivam da ausência contabilística da dívida do terreno da atual ALE de Valado dos Frades que, obrigatoriamente, terá de constar nos documentos financeiros do Município. Este é mais um claro exemplo do caos contabilístico herdado e da responsabilidade dos consecutivos executivos do PSD. Outra

perspetiva de análise que este documento evidencia é uma capacidade de investimento de capital com grau de execução nunca antes vista, resultado de projetos executados ou pagos no ano de 2017. -----

Não fosse o primeiro critério e, porventura, teria, ainda assim, sido possível amortizar dívida global, isto num ano em que tanto se investiu. -----

Não duvidamos que este documento expressa maior organização das três entidades municipais, mais obra executada, mais eficiência de gestão e menos inconformidades detetadas ao longo de anos a fio. -----

É verdade que ainda há um longo caminho a percorrer, mas sentimos que a força de rumar contra a corrente é claramente mais forte.”-----

A Senhora Telma Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda vota contra o ponto 3 (Relatório de Gestão Consolidado do Município da Nazaré – Exercício Económico de 2017) por não se identificar com a estratégia política desenvolvida pelo atual executivo do Partido Socialista.” -----

O Senhor João Delgado apresentou a declaração de voto que se transcreve: -----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste, ponto 3 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

No ano passado, aquando da apreciação de idêntico Relatório sobre a Consolidação de Contas do Grupo Municipal, a CDU começou por referir: - "mais uma vez somos chamados a tomar posição sobre as contas consolidadas da nossa autarquia. Também mais uma vez, e, aliás, desde a primeira vez que estes documentos da consolidação das contas começaram a ser apresentadas nesta AMN, os mesmos relatam os mesmos erros e omissões, as mesmas falhas graves de sempre. São, por isso, a prova provada do que temos referido variadíssimas vezes: - a gestão do PPD/PSD e a gestão do PS são pouco diferentes, para não dizermos que são iguais, no que concerne à resolução séria dos problemas financeiros da autarquia da Nazaré. Não resolvem!"--



E dissemos ainda: - "sentimos as dificuldades que devem existir nos elementos que produziram estes documentos, tal o modo como repetidamente têm que tentar não dizer que as coisas estão na mesma desde que aqui chegaram. Uma vergonha!". -----

E dissemos mais: - "fomos assistindo de ano para ano às manobras deste executivo, que, enganando todos, fazia crer que tudo se estaria a resolver e que no ano seguinte apareceria tudo resolvido. Falamos concretamente na inventariação e registo do património do município. Mais uma vez, nada aqui aparece! E disso fazem bem referência os revisores, também mais uma vez."

Ora, sendo que os documentos deste ano são idênticos aos anteriores, com as mesmas referências às habituais falhas e faltas há tantos anos detectados, e aqui imensas vezes referido pelo presidente do executivo que estariam rapidamente resolvidas e, como se vê, não estão, não podemos aceitar mais um ano de atraso e de imensas reservas.-----

Importa ainda referir, para que conste e para que possa ser analisado por quem de direito, que já existe novo contrato firmado com uma nova Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), para vigorar de 22 de Outubro de 2018 e até 21 Outubro de 2020, tal como já antes referimos e se comprova com a assinatura e aprovação pelo executivo municipal dos compromissos plurianuais para esse contrato. No entanto, esta Assembleia Municipal não conhece qualquer procedimento, nem empresas convidadas e, bem assim, que tenha sido feita qualquer nomeação do auditor externo, como decorre do artigo 77.º, n.º 1, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, na sua mais recente versão.-----

Visto não ter vindo à sessão da AMN anterior e à de hoje esse pedido para a nomeação, e porque já existe contrato assinado estando já aceites os compromissos plurianuais, importa saber se o procedimento administrativo está legalmente formalizado. -----

Declaramos que não está em causa esta ou qualquer outra empresa que venha a ser apresentada à AMN. O que está em causa é a legalidade do procedimento. -----

Bem sabemos que neste município existem várias interpretações pessoais das Leis em vigor neste país. Algumas dessas interpretações pessoais já custaram milhares de euros aos depauperados cofres da autarquia e não sabemos ainda o que está para vir. Por isso, e porque aqui tudo é aprovado pela maioria que apoia o executivo sem qualquer oposição ou questão, deixamos à fiscalização de quem sabe, mais este eventual atropelo. -----

Por tudo o acima exposto, mais uma vez então, também a CDU vota contra, pois não vai assumir estes exercícios como bons, porque também os auditores externos não o fizeram.”-----

O Senhor Joaquim Pequicho apresentou a declaração de voto contra com os seguintes considerandos:-----

“Preocupação com o resultado do exercício com uma variação negativa de – 76.7% relativo ao período homólogo. -----

Um aumento da despesa + 19.8%. -----

Uma diminuição da receita (4%). -----

O que significa que qualquer alteração legal influenciadora da capacidade de receitas coloca mais pressão nas contas públicas e na capacidade de cumprir com as suas obrigações.-----

Ex: IMI com pagamento faseado e os impactos na liquidez dos municípios. -----

Ex: descentralização de competências sem o "Cheque financeiro" atempado-----

Os limites do Endividamento definidos pela DGAL continuam muito longe do pretendido e dos resultados que o Município apresenta. A dívida terá de baixar 10 milhões, contando que a receita não baixa (17 milhões)”-----

4. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – (apreciação e votação)

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----



5. REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÕES DE ARRENDAMENTO APOIADO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – (apreciação e votação)

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

6. EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PARQUES E JARDINS – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR DAS ANTIGAS EB DE VALADO DOS FRADES E FANHAIIS – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (apreciação e votação)

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN) vota a FAVOR, neste ponto 6 da ordem de trabalhos, declarando no entanto o seguinte:-----

Tal como referimos na discussão do ponto, estamos perante um procedimento, a nosso ver, bem elaborado pelos serviços.-----

Neste procedimento faz-se referência à forma legal como este documento deve ser aprovado pelo executivo e de como deve ser enviado à AMN apenas para dar conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos. Até aqui tudo conforme.-----

No entanto, o Sr. Presidente da CMN na sua deliberação em reunião de Câmara altera por completo o que é referido pelos técnicos responsáveis pelo procedimento administrativo, ao indicar que o mesmo deve vir à AMN para aprovação final.-----

Ao alterar tal proposta e ao contrariar as Normas de Execução do Orçamento, aprovadas por esta AMN, que autorizam a Câmara, de forma genérica e dentro de vários parâmetros, a autorizar a assunção de compromissos plurianuais, retira a autoridade da deliberação da AMN, remetendo uma vez mais o órgão deliberativo para um apêndice do órgão executivo. Situação que

não podemos deixar de criticar e de denunciar aqui, junto de toda a AMN e principalmente da maioria que apoia o executivo. -----

Fica-nos ainda a dúvida do porquê de neste caso a AMN ter que deliberar uma vez mais sobre o que já está deliberado e bem, pelo executivo, para que se finalize o procedimento, que entretanto se atrasou algum tempo até à obtenção desta nova e desnecessária aprovação.” -----

7. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “ZIPLINE NAZARÉ” – (apreciação e votação)

A Senhora Telma Ferreira disse que, por regra e ideologia partidária, ser contra este tipo de concessões. Há projetos em que votou a favor, como o do caso do processo do parque da Pedralva, que esteve abandonando durante anos, por considerar que trarão benefícios a nível de trabalho local e do turismo. Neste projeto, não vê benefícios diretos para as pessoas. Não está contra o projeto em si, que acredita se interessante, pensando que para este tema deveria existir um referendo local, pretendendo votar contra.-----

O Senhor João Delgado questionou o Senhor Presidente da Mesa se concorda com o que se encontra escrito nos artigos 1º, 2º, 3º, e 4º, do Programa do Concurso deste procedimento.-----

Esta questão deve-se à falta no processo da página dois, onde consta o citado articulado, que não foi rececionado, e apresentou o seguinte protesto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta este protesto à Mesa da AMN, por esta não ter verificado convenientemente os documentos que enviou aos membros deste órgão, nomeadamente, pela falta da página dois do Programa do Concurso, neste ponto 7.” -----

De imediato apresentou o seguinte requerimento:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN) vem requerer à Mesa o seguinte: -----



Tendo em conta a falta de, pelo menos, uma página nos documentos recebidos no ponto 7, página dois do programa do concurso, instala-se a impossibilidade da total e completa compreensão do que ali possa estar escrito, tornando assim impossível aos membros da AMN poder discutir e deliberar sobre este assunto, com total garantia de conhecimento de todos os factos inerentes ao procedimento em discussão. -----

Como tal, o Grupo Municipal da CDU na AMN, vem requerer à Mesa da Assembleia que coloque à votação a retirada deste ponto, pois tal é, em nosso entender, a forma correcta de resolver este caso que, de outra forma, se tornará um problema difícil, senão impossível de, dentro da legalidade, superar nesta sessão.”-----

O Senhor José Sales disse estar de acordo com a intervenção do Senhor João Delgado e solicitou que a Assembleia efetuasse uma interrupção dos trabalhos e reunisse para se tentar resolver a questão.-----

O Senhor Joaquim Pequicho entende que o assunto não deverá ser apreciado nesta sessão, dado o assunto não vir devidamente documentado.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, indicou que, pelos motivos expostos, não vê qualquer inconveniente na retirada do assunto da ordem do dia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou aos membros componentes da Comissão Permanente quanto à proposta apresentada de se efetuar um intervalo.-----

O Senhor João Delgado disse que se abrirá um precedente com a apreciação deste documento, pois em qualquer outra ocasião, em questão semelhante, se poderá apreciar documentação mesmo que estejam em falta outros documentos, pretendendo que se delibere em consciência, na posse de toda a documentação.-----

O Senhor António Pimenta disse estar de acordo com a posição do Senhor João Delgado, não tendo detetado a falta da folha, tal como o sucedido com a Comissão Permanente, não estando de acordo que a Comissão Permanente vá agora reunir para compor a situação.-----

O Senhor Rui Marques disse que todos nós temos bom senso,, não existindo situações insanáveis, podendo existir uma reunião para tentar resolver a questão. -----

O Senhor Joaquim Pequicho referiu ainda que o ponto deve ser retirado, não apenas por uma questão técnica, mas sim por uma questão de ética e se a Bancada do Partido Socialista, que tem a maioria, o quiser votar, terá que o declarar.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, face aos considerandos apresentados, disse que a Assembleia é soberana, para decidir a retirada, ou não, do ponto.-----

Não existindo mais intervenções, foi deliberado, por unanimidade, retirar o assunto da ordem do dia.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo vinte e três horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por mim, Carlos José de Paiva Mendes, Coordenador Técnico, que a redigi e subscrevi. -----
